

ABRIL 2019

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online
Federação Nacional
da Educação



16 ABRIL 2019

O GOVERNO FALHOU!

**A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
NÃO PODE FALHAR.**

942

P.4, P.5

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.3** - ENSINO SUPERIOR EM DEBATE | **P.6** - FNE NA AUDIÇÃO NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: «A SOLUÇÃO É PARA JÁ, NÃO É PARA DEPOIS» | **P.7** - INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA FNE, JOÃO DIAS DA SILVA NA AUDIÇÃO NA COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | **P.8** - FNE PRESENTE EM AUDIÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS | **P.9 À P.11** - II DIA MUNDIAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO | **P.12, P.13** - MOBILIDADE DE APRENDIZES NA EUROPA | **P.14, P.15** - FNE NO II FÓRUM DE POLÍTICAS DE APRENDIZAGEM DO CEDEFOP | **P.16, P.17** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ABRIL DE 2019 | **P.18, P.19** - 1º MAIO UGT - BRAGA | **P.20, P.21** - CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA KELICAI

Editorial



RENOVAR O SINDICALISMO, REFORÇAR O SINDICALISMO

Estamos na véspera de mais um Primeiro de Maio. É a oportunidade para a afirmação da importância dos direitos sindicais alcançados e para o fortalecimento da energia e da ambição com que se deve procurar melhorar a situação dos Trabalhadores, em todo o mundo e em todos os setores.

Ninguém pode negar a importância do sindicalismo para a definição, até hoje, de um conjunto de direitos dos Trabalhadores que ao longo dos tempos foram sendo alcançados e consolidados.

O direito a um limite para o número de horas de trabalho, o direito a férias, o direito a uma remuneração justa, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, o direito à proteção na saúde e segurança no local de trabalho, têm vindo a ser alcançados, embora infelizmente ainda não os possamos dar por adquiridos em muitos pontos do mundo.

É verdade que hoje em dia, e por efeito da introdução de novas tecnologias no mercado do trabalho, vários destes direitos estão a ser postos em causa, o que tem de ter como consequência para os sindicatos a abertura para novas e diferentes soluções de organização sindical e de envolvimento dos trabalhadores nos processos de decisão.

Vários comentadores têm apontado a emergência de um novo sindicalismo, em face de lutas concretas recentemente desenvolvidas por grupos de trabalhadores. E, para além da identificação desta realidade, aparecem-nos com uma alegria que não pode deixar de nos suscitar dúvidas sobre a orientação que é desejada para esse novo sindicalismo emergente.

De uma coisa podem estar todos certos; é que o que está em causa são sempre direitos dos trabalhadores que não estão a ser reconhecidos, o que está sempre em causa é a insatisfação dos trabalhadores por verem adiadas as expectativas de reconhecimento do trabalho que realizam, o que está sempre em causa é a revolta pela falta de valorização destes trabalhadores, em termos salariais e de desenvolvimento das suas carreiras. Com o que não podemos espantar-nos é com a disponibilidade dos trabalhadores para a luta, dita radical ou extrema, por terem esgotado a sua paciência em relação à falta de respeito de que se sentem alvo.

Os sindicatos, os mais antigos ou os mais recentes, têm todos sempre esta missão: serem o instrumento visível, eficaz e oportuno da ação dos trabalhadores pelos seus direitos essenciais, que se traduzem simplesmente na expressão “trabalho digno”, a que todos têm de ter direito.

É pelo trabalho digno que vamos celebrar o 1º de maio. Viva o 1º de maio.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

Ensino Superior em debate



A Federação Nacional da Educação (FNE) promoveu em 3 de abril, nas suas instalações em Lisboa, um encontro em que foram abordados alguns dos principais desafios e também questões a que a sociedade e a FNE têm de responder quanto ao futuro do Ensino Superior em Portugal.

Esta reunião contou, entre outros, com a presença do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, da Vice-Presidente do SDPGL (Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo), Maria José Rangel, do Vice-Presidente do SDPSul (Sindicato Democrático dos Professores do Sul), Paulo Fernandes e dos professores do Instituto Politécnico de Viseu, José Luís Abrantes e Bruno Morgado Ferreira. O encontro centrou-se na intenção de

reforçar a intervenção ao nível do Ensino Superior, definindo modalidades de intervenção em nome dos docentes e não docentes deste setor de ensino.

É objetivo da FNE, com este grupo de trabalho, lançar as bases para o reforço do pensamento sobre o Ensino Superior, sabendo o quanto o seu papel é decisivo, em termos de construção de uma sociedade mais desenvolvida e mais justa, pelo que deve estar orientada por uma forte preocupação de equidade.

Estiveram então em cima da mesa neste primeiro debate várias matérias, como a caracterização e rede do Ensino Superior; o acesso e oferta formativa; a questão do financiamento do Ensino Superior e investigação que, segundo a FNE, deve

merecer da sociedade uma forte atenção pois é fundamental dotar o setor com recursos que proporcionem formação de nível superior, alargando assim a base social de recrutamento para o Ensino Superior; a necessidade de avaliação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) e sobretudo da sua aplicação; as injustiças detetadas no desenvolvimento de carreiras dos docentes deste setor; e também a chamada 'zona branca' de contratação coletiva que continua a existir no âmbito do ensino privado e que a FNE regista negativamente e que entende que deve ser corrigida.

A FNE vai prosseguir este debate com novas iniciativas e ações que oportunamente serão divulgadas.

Concentração de 16 de abril na AR

Grande convergência na maioria do parlamento



A Federação Nacional da Educação esteve presente na tarde de 16 de abril, numa concentração no exterior da Assembleia da República, juntamente com outras organizações sindicais do setor, durante o debate sobre os pedidos de apreciação parlamentar do Decreto-Lei com que o Governo tentou limitar a recuperação do tempo de serviço prestado pelos educadores e professores portugueses e que esteve congelado por 9 anos, 4 meses e 2 dias.

Este debate não trouxe grandes novidades relativamente às posições que têm sido defendidas pelos diferentes Grupos Parlamentares. Para a FNE, o mais relevante desta discussão foi a confirmação da existência de uma grande convergência de uma esmagadora maioria da Assembleia da República, de que só se demarcou o Partido Socialista, relativamente ao direito dos professores e educadores a serem contabilizado

desde já todo o tempo de serviço congelado e que todo esse tempo tem de ser considerado no desenvolvimento das respetivas carreiras.

Ficou também muito claro que a maioria dos grupos parlamentares, com exceção do PS, consideram que é no ano de 2019, para evitar ultrapassagens, que deve ser contabilizado o período de 2 anos, 9 meses e 18 dias que o Governo queria fazer repercutir ao longo dos próximos três anos.

A FNE considerou então que estavam a ser dados passos significativos e que podia haver lugar a uma expectativa positiva relativamente ao trabalho que será desenvolvido na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, fazendo com que deste conjunto de propostas de lei pudesse nascer uma proposta convergente, que desse resposta, àquilo que devia ser a concretização ao longo do tempo e por um período razoável, sem ser

excessivo, do direito à contabilização integral do tempo de serviço congelado.

Para a FNE, é essencial que o trabalho da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência fique terminado antes da interrupção dos trabalhos na Assembleia da República que ocorre antes da campanha eleitoral para as eleições europeias. É fundamental que até essa altura seja possível identificar uma solução concreta, sem o que a FNE, juntamente com as restantes organizações sindicais, avançará com apresentação de pré-avisos de greve às avaliações a partir de 6 de junho.

A FNE acredita na capacidade dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República para que se atinja uma solução que valorize e dignifique o trabalho dos professores, colocando ponto final neste problema que se arrastou por toda a legislatura e que o Governo se revelou incapaz de resolver.

Em frente à Assembleia da República, educadores e professores vindos de todos o país exigiram respeito e justiça pelo trabalho que os educadores e professores portugueses realizaram durante 9 anos, 4 meses e 2 dias da sua carreira.

Não desistimos daquilo que é dos educadores e professores por direito.

DIA R

16 DE ABRIL 2019

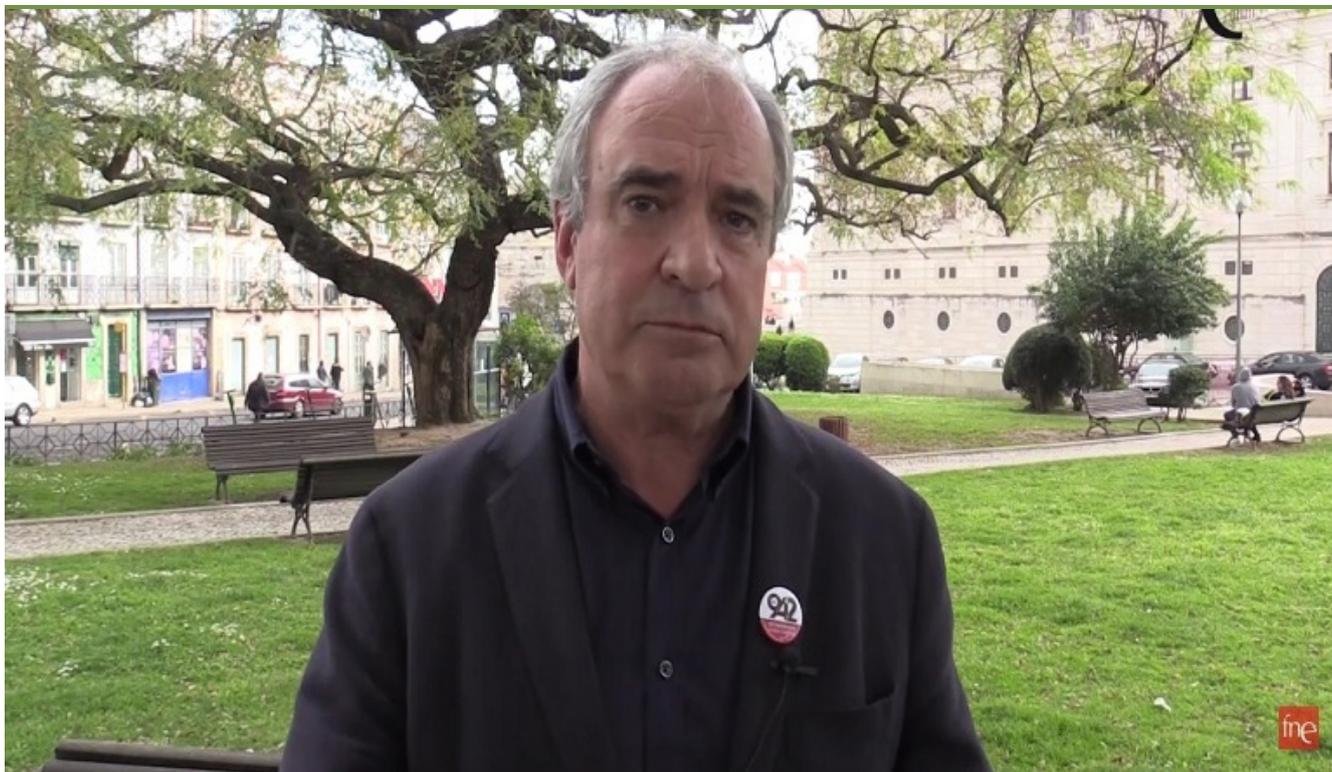
RESPEITO
REPÚBLICA
RECUPERAÇÃO

942



GALERIA DE FOTOS
(facebook)

FNE na audição na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência: «A solução é para já, não é para depois»



A 2 de abril aconteceu a audição na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, a propósito da Petição apresentada para a regularização da situação da contagem do tempo de serviço congelado aos professores e que contou com mais de 60 mil assinaturas de docentes portugueses.

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva esteve na audição onde "reforçámos a mensagem da nossa parte que esta decisão tem de ser tomada já. É para já, não é para depois. Não podemos aceitar que exista qualquer tentativa de qualquer partido político ou grupo parlamentar no sentido de que esta solução possa transitar para a próxima legislatura. Esta é uma solução

inaceitável", garantindo ainda que "os professores não podem esperar mais tempo. Exige-se da Assembleia da República uma solução rápida. E dia 16 de abril, durante a apreciação das

propostas dos grupos parlamentares sobre o decreto-lei do governo, vamos estar aqui em frente à Assembleia para mostrar que não desistimos daquilo que é dos professores por direito".



Intervenção do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva na Audição na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, na Assembleia da República:

A petição que aqui apresentamos e defendemos resulta da verificação de que, da parte do Governo, houve uma sistemática indisponibilidade para concretizar as medidas que garantissem a recuperação de todo o tempo de serviço prestado pelos Docentes portugueses, para efeitos da recomposição da sua carreira.

Iniciámos esta Legislatura com o compromisso do Governo de reverter as medidas que injustamente se tinham abatido particularmente sobre os trabalhadores da Administração Pública, já que se considerava, e bem, que era justo que se reconhecesse o colossal esforço que tinha sido pedido particularmente a estes trabalhadores, e que se tinha traduzido, entre outras, na redução de salários, no congelamento das carreiras, no crescimento da carga fiscal, no aumento do número de horas de trabalho.

Esta era a Legislatura que se anunciava para repor as situações que tinham sido perdidas.

Para este efeito, eram necessárias medidas que retomassem a contagem do tempo de serviço e que contassem o tempo de serviço prestado, para efeitos de desenvolvimento da carreira, em reconhecimento pelo

trabalho efetivamente cumprido ao longo do tempo do congelamento. E assim se fez, e bem, em relação às carreiras gerais da Administração Pública.

Na sequência, era e é essencial que, em nome da justiça e da equidade, também aos trabalhadores das carreiras especiais, neste caso concreto aos Docentes portugueses, se decidisse de idêntica forma.

Ora, foi isto que não aconteceu e que justifica esta Petição.

O Governo teve a oportunidade de resolver na mesa das negociações a solução para o reconhecimento da totalidade do tempo de serviço congelado aos docentes portugueses.

Podia tê-lo feito no final de 2017, no quadro, no desenvolvimento e em respeito pela declaração de compromisso assinada com as organizações sindicais de docentes.

Podia tê-lo feito durante o ano de 2018 para dar execução ao que determinavam a Resolução 1/2018 e a Lei do Orçamento de Estado para 2018.

Podia tê-lo feito já em 2019 para cumprir o que determina a Lei do Orçamento de Estado para 2019.

Sucessivamente, o Governo desconsiderou o compromisso que assumiu e desconsiderou e incumpriu a Lei.

Agora, é em nome do respeito que é devido aos docentes portugueses que trazemos esta Petição à Assembleia da República, com o apelo para que defina os princípios a que terá de obedecer a recuperação do tempo de serviço congelado, determinando em concreto que o tempo a recuperar e a ter em consideração para o desenvolvimento da carreira destes trabalhadores é de 9 anos, 4 meses e 2 dias; especificando que essa recuperação tem de ser faseada até 2025, de uma forma equilibrada; integrando a orientação de que uma parte desse tempo possa ser considerado, a pedido do interessado, para antecipar a aposentação, sem penalizações.

Tendo em conta que o Governo se recusou até agora a cumprir a lei, uma orientação deste tipo corresponderia a um avanço para que no seu seguimento se possam definir as normas que conduzam à sua operacionalização.

É esta expectativa que aqui trazemos à Vossa consideração.

FNE presente em audiência na Assembleia da República sobre transferência de competências para as Autarquias



A FNE, com o Secretário-Geral, e com a Presidente do STAAESRA, Cristina Ferreira, esteve na Assembleia da República, na audiência promovida pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência sobre a transferência de competências para as Autarquias.

Esta audiência decorreu depois da publicação do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, que estabelece as normas a que deve obedecer esta transferência de poderes para as autarquias na área da educação.

João Dias da Silva afirmou à saída deste encontro que "a FNE reiterou aqui os princípios que acha serem fundamentais e que não estão a ser acautelados quer na legislação global, quer neste Decreto-Lei. Desde logo, a de quais as competências que devem caber à escola, pois é necessário respeitar a autonomia das escolas, atribuindo-lhes um quadro de competências

próprias para as quais as escolas devem estar preparadas, quer a nível de recursos humanos quer financeiros.

A FNE considera que este exercício não feito e neste quadro cria-se uma ambiguidade entre o que pertence à escola e aos Municípios, não ficando assim estabelecida com clareza a delimitação das competências que são entregues às escolas, às autarquias e à administração central".

Outra questão discutida nesta audiência foi o financiamento. O Secretário-Geral da FNE considerou que "também aqui têm de ser garantidas às Câmaras Municipais as condições financeiras adequadas ao que vier a ser o processo de transferência de competências para os municípios".

Quanto à gestão dos recursos humanos, sejam eles docentes ou não docentes, não existe da

parte da FNE qualquer disponibilidade para aceitar que esta gestão seja transferida para os Municípios, pois "sabemos que neste momento apenas estão em causa os trabalhadores não docentes, mas mesmo em relação a estes discordamos da forma como vai ser feita a transferência e da forma como vai ser feita a sua gestão, quer a nível da avaliação, de apreciação de pedidos de férias, da sua localização e até de funções que lhe são atribuídas. Há todo um conjunto de matérias que ficam maltratadas ou pouco claras neste Diploma. Por isso, defendemos que sobre isto deve existir uma alteração profunda que na perspetiva da FNE deveria levar a que não existisse transferência da gestão destes trabalhadores para os municípios, que sejam estabelecidas as respetivas carreiras especiais com a definição daquilo que devem ser os conteúdos funcionais específicos que devem ser atribuídos a estes trabalhadores".

Nesta audiência, a FNE faz uma avaliação negativa do processo que está a decorrer, com muitas dúvidas relativamente ao futuro, pelo que esperamos que venham a ser analisadas as nossas propostas, ao nível da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e que possamos encontrar soluções diferentes e melhores para o funcionamento das escolas, de forma que a sua autonomia seja consolidada e respeitada, pois só assim teremos um bom serviço público de educação nas nossas escolas.



DIA MUNDIAL

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

PORTUGAL

16 DE MAIO DE 2019



Conferência Internacional
«Pessoal de Apoio Educativo, perfis e
exigências Profissionais na escola do Futuro»

Auditório da Escola Secundária José Saramago-Mafra

Visita à Biblioteca do Real Palácio de Mafra

Concerto a 6 Órgãos (Basílica do Palácio Nacional de Mafra)

Inscreve-te
geral@staezsra.pt



II Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo



Colegas:

Com carreiras e denominações diversas, consoante o país ou o continente, os trabalhadores da educação integram uma área educativa muito abrangente e plural, que vai da assistência no ensino e aprendizagem à orientação psicopedagógica, das bibliotecas escolares ao suporte de tecnologia, da administração e trabalho administrativo ao aconselhamento, da limpeza à jardinagem, da investigação à nutrição, da manutenção à segurança ou da saúde e bem-estar ao suporte de especialistas.

Onde quer que desenvolvam a sua atividade profissional, qualquer que seja a sua realidade social, laboral ou sindical, uma coisa é certa: todos desempenham um papel educativo crucial nas respetivas comunidades educativas, emprestando a sua contribuição a uma Educação de Qualidade, que todos pretendemos universal.

Ter escolhido Mafra para acolher a Conferência Internacional “Pessoal de Apoio Educativo, Perfis e Exigências Profissionais na Escola do Futuro”, carece de uma explicação sumária, que cumpre destacar logo no início deste pequeno texto introdutório, na medida em que, para concretização da iniciativa, havendo inúmeros locais em perspectiva, outras e igualmente pertinentes opções poderiam ter sido equacionadas.

Se, naturalmente e imediatamente, nos ocorre e domina a imagem da imponente fachada e as gigantescas proporções do seu majestoso convento, a verdade é que, embora fascinante, de modo algum, para efeito da concretização da conferência, o interesse por Mafra se reduziu ao desafio daquele que é o mais desafiante monumento barroco do território nacional.

Outras razões, de facto, se evidenciam, para além das características socioculturais singulares deste concelho e da sua forte atividade económica. Deste modo, outro específico motivo determinou que Mafra se tivesse afirmado, de modo inequívoco, para receber, em 16 de maio deste ano, encontro tão importante. Referimo-nos à

circunstância de, há dezenas de anos, ser extremamente profícua a relação de trabalho entre o STAAESul e RA, sindicato organizador do evento, e as escolas locais dos vários ramos e níveis de ensino.

Mafra é um caso particularmente expressivo de sucesso do trabalho desenvolvido com o objetivo de beneficiar o Pessoal de Apoio Educativo de todas as carreiras e categorias, cobrindo as especiais necessidades de promoção pessoal e profissional, não só no domínio da Formação, mas também no de todas as outras vertentes laborais e de cidadania ativa.

É neste contexto que o STAAE Sul e RA, decidiu promover, no II Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo, em **16 de maio de 2019**, uma Conferência Internacional, subordinada ao tema “Pessoal de Apoio Educativo – Perfis e Exigências Profissionais na Escola do Futuro”, na qual teremos a honra de contar com a Vice-Secretária-Geral da Internacional da Educação, a norueguesa Haldis Holst, como convidada, e para a qual contamos com a vossa presença.

Cristina Ferreira
(Presidente do STAAESul e Ra)

II Dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo

Conferência Internacional

“Pessoal de Apoio Educativo, Perfis e Exigências Profissionais na Escola do Futuro”

Auditório da Escola Secundária José Saramago – Mafra - Portugal - 16 maio 2019



9:00	Receção aos participantes
9:30 - 9:45	Sessão de abertura
9:45 - 10:05	Conferência «Pessoal de Apoio Educativo, Perfis e Exigências Profissionais na Escola do Futuro» <u>Ms Haldis Holst</u> , Vice-Secretária-Geral da Internacional da Educação (IE)
10:05 - 10:30	1º Painel – «Competências do Pessoal de Apoio Educativo» 2 oradores
10:30 - 11:00	Mafra d’Honra
11:00 - 11:45	2º Painel - «Perfis e Exigências Profissionais na Escola do Futuro» 3 oradores
12:00	Sessão de encerramento
12:00 - 13:00	Almoço
15:00 - 16:00	Tarde Cultural Visita à Biblioteca do Real Palácio de Mafra
16:00 - 17:00	Concerto a 6 Órgãos (Basílica do Palácio Nacional de Mafra)



Mobilidade de aprendizes na Europa



O Parlamento Europeu (PE) e a Comissão Europeia (CE) / Aliança Europeia das Aprendizagens (EAfA) organizaram, em 21 e 22 de março de 2019, na sede do primeiro, em Bruxelas, a conferência Mobilidade de Aprendizes na Europa: uma contribuição para o emprego dos jovens e a competitividade das empresas.

A conferência reuniu parceiros sociais e partes interessadas para abordar o tema da aprendizagem em contexto de trabalho sob diferentes perspetivas, partilhando experiências e boas práticas em projetos no âmbito do Erasmus+, procedendo ao levantamento dos desafios à mobilidade e procurando caminhos para o futuro.

Em 2017, a rede de estudantes Erasmus em mobilidade

totalizou 160 mil jovens e em 2018 o segmento da mobilidade de longo termo (três a 12 meses) registou um total de 12.189 indivíduos.

O francês Jean Arthuis, Presidente da Comissão dos Orçamentos do PE, abriu a conferência em conjunto com a comissária europeia Marianne Thyssen, que sublinhou que as competências são a chave do futuro, que precisamos de projetos educativos de melhoria e reconversão de qualificações ao longo de toda a vida, e que teremos 50 mil aprendizes em mobilidade em 2020. Após terminar a sua intervenção, Marianne Thyssen presenteou Jean Arthuis com um prémio pelo seu trabalho a favor da mobilidade.

A parte da manhã contou com um workshop sobre experiências de mobilidade em seis países, do qual resultaram algumas conclusões a reter, como as de que os sistemas europeus são muito diversificados, são indispensáveis uma preparação prévia muito grande e um conhecimento razoável da língua inglesa ou a conclusão de que o trabalho administrativo é enorme para o reconhecimento de qualificações.



Outras recomendações incluem um curso de pelo menos três semanas de alemão para candidatos a mobilidade neste país, mais informação para as escolas profissionais e para os pais e um seguro social para os aprendizes em todos os países.

A questão da língua é tão relevante que se chegou a propor à CE um reforço do orçamento. Outro entrave é que em muitos países europeus os empregadores também não falam inglês, o que torna a mobilidade mais problemática. Foi sugerida a edição de um guia para escolas, empresas, pais e estudantes. Jean Arthuis questionou se o Fundo Social Europeu (FSE) não poderia aqui dar uma ajuda, pelo que a CE respondeu que os países de origem já podem delinear ajudas à mobilidade dentro deste próprio fundo.

Outras barreiras mencionadas para jovens em mobilidade foram a falta de coordenadores entre as empresas, as escolas profissionais e os alunos, a falta de promoção ou o desconhecimento do programa ERASMUS+ nos países. De um modo geral, foi salientado que há muito ainda para aprendermos e fazermos, após a experiência europeia de 25 anos de mobili-



Marianne Thissen e Jean Arthuis em



A FNE em conversa com Jean Arthuis

dade, sendo uma delas – reconheceu a CE – a falta de dados rigorosos sobre todos os tipos de mobilidade extra-ERASMUS em termos europeus. Aliás, como a propósito referiu Stephanie Oberheidt (ICF), quase 50% da mobilidade na Alemanha não é financiada por dinheiros públicos. Concluiu-se também que à Europa interessa muito uma mobilidade estratégica e não apenas a mobilidade de indivíduos dum país para outro.

A “mobilidade escondida” também foi tema desta conferência – uma mobilidade que comporta uma maior flexibilidade nos custos e mais ajudas aos aprendizes em matéria linguística. Quem não se fixa no ERASMUS+ em mobilidade é o Programa PIU dinamarquês, que começou em 1992 e que é financiado através de um fundo das empresas que vai para o Ensino e Formação Profissional (EFP). O PIU é muito popular em países onde se fala Inglês (por

exemplo na Austrália) e é válido para mobilidade em qualquer parte do mundo.

Neste momento, a CE tem um projeto-piloto de mobilidade com África (em engenharia, construção e hotelaria), nos Balcãs e na Turquia e está a internacionalizar a mobilidade no EFP. A ideia é ir buscar ideias para o futuro do ERASMUS, pois a globalização e digitalização são um grande desafio para todos.

Este evento terminou com uma sessão de boas vindas a mais nove organizações que aderiram à EAFA. O representante da FNE nesta conferência foi Joaquim Santos.



Com João Santos da Comissão Europeia

FNE no II Fórum de Políticas de Aprendizagem do CEDEFOP

A finlandesa Sanna Brauer apresenta a sua comunicação



A convite do CEDEFOP, a FNE participou no II Fórum de Políticas de Aprendizagem (FPA), «Desbloquear o potencial de aprendizagem no local de trabalho por, e para, professores e formadores em Ensino e Formação Profissional (EFP)», que decorreu em 9 e 10 de abril de 2019, em Salónica, Grécia.

As boas vindas da casa foram dadas por Antonio Ranieri e Irina Jemeljanova. Ambos salientaram que os professores e formadores em EFP trabalham num contexto de inovação, globalização e de mudanças tecnológicas e sociais muito rápidas, que colocam desafios aos sistemas de educação e formação em toda a Europa e a nível global.

A primeira comunicação coube a Antonio Mir Montes, diretor da Escola Profissional Xavec, de Valência, Espanha, vencedora do Prémio da Semana Europeia de EFP de 2018, em Viena.

Mir Montes cativou os participantes na sua abordagem ao tema “Do abstrato para o concreto: a importância do Fator Humano na Educação e Formação”.

Seguindo o modelo do I Fórum, também realizado em Salónica, em novembro de 2016, seguiram-se dez curtas apresentações de cinco minutos cada, da autoria de várias partes interessadas em EFP, que deram o mote a nove trabalhos de grupo, todos à volta da potencialidade da aprendizagem em contexto de trabalho, com um foco mais

virado para os professores e formadores.

Cada grupo debateu entre si um tema e produziu um relatório, apresentado e discutido de seguida em plenário.

Cumprindo uma sugestão da FNE em 2016, seguiu-se a apresentação da comunicação “Práticas de aprendizagem orientadas por emblemas digitais abertos - práticas inspiradoras para ecossistemas emergentes de desenvolvimento de competências”, pela investigadora finlandesa Sanna Brauer, da Universidade de Ciências Aplicadas de Oulu.

Os emblemas digitais são um comprovativo online da realização de uma ou várias competências e atestam a interação entre o emissor (um centro de formação sindical, uma escola de EFP, uma universidade, um órgão regional ou municipal...) e o trabalho realizado por alguém para as obter (cursos de várias ordens ou reconhecimento, validação e certificação de competências).



Grupo de trabalho num momento de pausa

Os emblemas digitais favorecem ambientes educativos, motivando o ensino e sinalizando o ganho de competências, quer no interior de comunidades específicas, quer entre comunidades e as instituições.



Um dos exemplos finlandeses que Sanna Brauer apresentou foi a aplicação de emblemas/competências digitais a um curso superior de medicina dentária.

Refira-se a propósito que os emblemas digitais são usados em algumas regiões dos EUA e que a tese de doutoramento de Sanna Brauer, terminada em janeiro de 2019, foi o primeiro trabalho académico de fundo,

em toda a Europa, sobre esta matéria.

Quem também usa o sistema de emblemas – aqui nas suas fardas – são os escuteiros, que os vão acumulando à medida que completam a aquisição de novas competências e conquistas no seu movimento.

Seguiu-se um painel de reflexão sobre os resultados do Fórum e os desafios futuros. Para além do CEDEFOP, entrevistaram a Comissão Europeia, Associação Europeia de Pais e CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação).

Após o término do evento, houve ainda lugar para uma sessão extracurricular opcional sobre “A análise do CEDEFOP às vagas para emprego na Europa e o caso particular dos professores e formadores no EFP”, por Jiri Branka.

Joaquim Santos (FNE) foi o convidado do CEDEFOP para este II Fórum, evento que



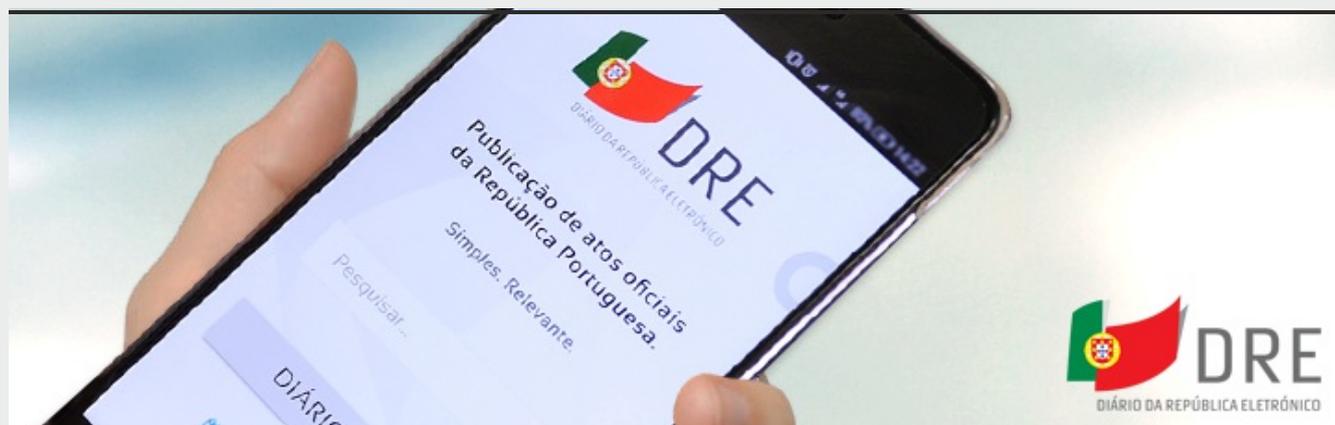
sublinhou o relevante papel dos professores e formadores do EFP, como agentes de confiança em atravessar as barreiras entre o mundo da educação e o mundo do trabalho.

À margem do evento a FNE teve ainda a oportunidade de visitar a 2ª Escola Profissional de Salónica, cuja diretora, Angeliki Filippidou, ganhou o Prémio Europeu de Melhor Professora de EFP, entregue na Semana Europeia do EFP de 2018, em Viena.



Visita à escola profissional pública nº2 de Salónica

Diplomas publicados em Diário da República abril de 2019



[Declaração de Retificação
nº 301-A/2019 - DR nº 63/2019,
2º Suplemento, Série II de
2019-03-29](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Retifica a Deliberação da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior nº 266-A/2019, de 12 de março, relativa à fixação dos pré-requisitos a exigir para a candidatura ao ensino superior de 2019-2020.

[Despacho nº 3651-A/2019
DR nº 64/2019, 1º Suplemento,
Série II de 2019-04-01](#)

Finanças, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes do Ministro das Finanças e dos Secretários de Estado da Educação e do Emprego

Cria um grupo de projeto do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC).

[Relatório \(extrato\) nº 1/2019 -
DR nº 65/2019, Série II de
2019-04-02](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Versão resumida do Relatório de Atividades relativo ao ano de 2018.

[Despacho nº 3708/2019
DR nº 66/2019, Série II de
2019-04-03](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Designa membro do Gabinete para substituir a Chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos.

[Despacho nº 3778/2019
DR nº 67/2019, Série II de
2019-04-04](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Delega competências no Reitor da Universidade de Coimbra.

[Resolução da AR nº 55/2019
DR nº 70/2019, Série I de
2019-04-09](#)

Assembleia da República

Prorrogação do funcionamento da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas até ao final do primeiro semestre de 2019.

[Resolução do Conselho de
Ministros nº 65/2019 -
DR nº 71/2019, Série I de
2019-04-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Designa os membros do conselho diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

[Despacho nº 3996/2019
DR nº 71/2019, Série II de
2019-04-10](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação

Subdelega competências na Diretora-Geral de Estatística da Educação e Ciência, Doutora Luísa da Conceição dos Santos do Canto e Castro de Loura.

[Portaria nº 111/2019
DR nº 73/2019, Série I de
2019-04-12](#)

Administração Interna e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Define a agilização dos procedimentos de emissão de vistos para estudantes estrangeiros.

[Despacho nº 4037/2019
DR nº 73/2019, Série II de
2019-04-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes do Primeiro-Ministro e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação

Designa, em comissão de serviço, a Mestre Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano para exercer o cargo de diretora da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

[Despacho nº 4038/2019](#)
[DR nº 73/2019, Série II de](#)
[2019-04-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes do Primeiro-Ministro e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação

Designa, em comissão de serviço, a licenciada Manuela Maria Almeida Costeira para exercer o cargo de diretora da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

[Despacho nº 4097/2019](#)
[DR nº 74/2019, Série II de](#)
[2019-04-15](#)

Educação - Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

Programa de Ocupação de Tempos Livres no ano de 2019, nas modalidades Curta e Longa Duração.

[Despacho nº 4156/2019](#)
[DR nº 75/2019, Série II de](#)
[2019-04-16](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Introduz mecanismos de salvaguarda nos procedimentos de contratualização da atribuição de bolsas de estudo, no quadro da aplicação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, republicado em anexo ao Despacho nº 5404/2017 (2.ª série), de 21 de junho.

[Deliberação nº 441/2019](#)
[DR nº 77/2019, Série II de](#)
[2019-04-18](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Estabelece as regras para a fixação de elencos de provas de ingresso - 2019/2020.

[Despacho Normativo nº 13/2019](#)
[- DR nº 78/2019, Série II de](#)
[2019-04-22](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Homologa as alterações aos Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal.

[Despacho nº 4245/2019](#)
[DR nº 78/2019, Série II de](#)
[2019-04-22](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e dos Secretários de Estado da Educação e do Emprego

Determina as transferências a efetuar, no ano de 2019, para a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, por dotações orçamentais provenientes das áreas governativas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

[Decreto-Lei nº 55/2019](#)
[DR nº 80/2019, Série I de](#)
[2019-04-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o estatuto do estudante atleta do ensino superior.

[Despacho nº 4338/2019](#)
[DR nº 81/2019, Série II de](#)
[2019-04-26](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

Subdelega competências na Diretora-Geral da Administração Escolar, Licenciada Susana Maria Godinho Barreira Castanheira Lopes.

[Despacho nº 4340/2019](#)
[DR nº 81/2019, Série II de](#)
[2019-04-26](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes

dos Secretários de Estado da Educação e do Emprego.

Designa o coordenador e o subcoordenador do grupo de projeto do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (Programme for the International Assessment of Adult Competencies, PIAAC).

[Despacho nº 4378/2019](#)
[DR nº 82/2019, Série II de](#)
[2019-04-29](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Renova a nomeação de dois membros do conselho de curadores da Fundação Universidade de Aveiro.

[Despacho nº 4380/2019](#)
[DR nº 82/2019, Série II de](#)
[2019-04-29](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Designa a licenciada Ana Filipa Gomes Abreu para exercer as funções de Chefe do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

[Declaração de Retificação](#)
[nº 377/2019 - DR nº 82/2019,](#)
[Série II de 2019-04-29](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Retifica o Despacho Normativo nº 3-A/2019, de 26 de fevereiro, que altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames e aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário.



BRAGA 2019



FESTA DOS TRABALHADORES
UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

DIGNIFICAR O TRABALHO VALORIZAR OS TRABALHADORES



BRAGA
Parque de São João da Ponte
A PARTIR DAS 12:30H





FESTA DOS TRABALHADORES UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

PROGRAMA

12h30m – Abertura da Exposição «Era uma vez... o 1º de maio»

13h45m – 14h15m – Conjunto de Cavaquinhos Dr. Gonçalo Sampaio

14h15m – 14h45m – Grupo Folclórico Dr. Gonçalo Sampaio

14h45m – 15h15m – Banda do Galo

15h30m – Chamada dos dirigentes ao palco

15h40m – Início das intervenções Político-Sindicais*

- » Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio
- » Presidente da UGT-Braga, César Campos
- » Presidente da UGT, Lucinda Dâmaso
- » Secretário Geral da UGT, Carlos Silva

16h15m – 17h30m – Actuação de Augusto Canário

Durante o evento, decorrerão espectáculos de animação com bombos e gigantones.

DIGNIFICAR O TRABALHO VALORIZAR OS TRABALHADORES



* Tradução e interpretação em língua gestual portuguesa



CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DO REINO DE KELICAI EM TIMOR-LESTE

A SUA AJUDA CONTA!

Perante a situação dramática no ensino em Timor-Leste, é urgente, e solicitamos encarecidamente, a ajuda dos professores e educadores portugueses para a reabilitação deste edifício escolar.

Recuperar fisicamente esta escola é o concretizar de um sonho do excelente Homem D. Carlos Ximenes Belo, e ver dela sair para a Nação Timorense e em geral para o mundo, jovens completos de valores humanos.

Foi nesta escola que D. Ximenes Belo estudou, aprendeu e brincou a par da sua actividade como guardador de búfalos. Será para ele, um orgulho ver e apreciar em vida a concretização deste projecto.



<https://kelicai.fne.pt/>





***Faça um donativo
e deixe a sua mensagem em:***

<https://kelicai.fne.pt/donativo>

A sua Ajuda Conta!

IBAN: PT50 0036 0073 99100070983 64

**“O Homem deixa de ser Homem,
no dia em que pensar que nada
pode fazer pelos outros.”**

Fernando Carvalho

PEDRO BARREIROS 2019

25
ABRIL

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

 www.fne.pt
 www.facebook.com/fneduca
 www.youtube.com/FNE82

Sophia de Mello Breyner Andresen, in 'O Nome das Coisas'

FICHA TÉCNICA**ABRIL 2019**

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato
Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira * Sindicato dos Professores nas
Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Norte * Sindicato dos
Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares

